



MOORE

RTA-035-2022

**Coopecredi Guariba - Cooperativa de
Crédito - Sicoob Coopecredi**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro
de 2021 e o relatório do auditor independente**



Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente

Sumário

Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	6
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17
1 Contexto operacional.....	17
2 Apresentação das demonstrações financeiras.....	18
3 Resumo das principais práticas contábeis	20
4 Caixa e equivalentes de caixa	24
5 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	24
6 Títulos e valores mobiliários.....	25
7 Operações de crédito	25
8 Outros ativos financeiros	28
9 Ativos fiscais, correntes e diferidos	29
10 Outros ativos	30
11 Investimentos	30
12 Imobilizado de uso.....	31
13 Intangível.....	31
14 Depósitos	31
15 Recursos de aceite e emissão de títulos.....	32
16 Repasses interfinanceiros / Obrigações por empréstimos e repasses	33
17 Outros passivos financeiros.....	34
18 Instrumentos financeiros.....	34
19 Provisões.....	34
20 Obrigações fiscais, correntes e diferidas.....	35
21 Outros passivos.....	36
22 Patrimônio líquido.....	37
23 Resultado de atos não cooperativos	38
24 Provisão de juros ao capital.....	39
25 Receitas de operações de crédito.....	39
26 Dispêndios e despesas da intermediação financeira.....	39
27 Ingressos e receitas de prestação de serviços.....	39
28 Rendas de tarifas	40
29 Dispêndios e despesas de pessoal.....	40
30 Outros dispêndios e despesas administrativas	40
31 Outros ingressos e receitas operacionais	41
32 Outros dispêndios e despesas operacionais.....	41
33 Despesas com provisões.....	41
34 Outras receitas e despesas	41
35 Resultado não recorrente	42
36 Partes relacionadas	42
37 Cooperativa Central.....	42
38 Gerenciamento de risco.....	43
39 Seguros contratados – não auditado	49
40 Índice de Basileia	49

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi

Relatório da Administração

(Em milhares de reais)

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do período findo em 31/12/2021 da Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito, nome fantasia Sicoob Coopecredi, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 15 de dezembro de 2021, o Sicoob Coopecredi completou 47 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os associados. A atuação junto aos seus associados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o Sicoob Coopecredi obteve um resultado antes do pagamento dos juros ao capital e destinações, no valor de R\$ 36.005 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 9%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 564.132. Por sua vez a carteira de crédito representava o valor bruto de R\$ 568.585.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 210.516	37%
Carteira Comercial	R\$ 358.069	63%

Os 50 (cinquenta) Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 56% da carteira, no montante de R\$ 318.967.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 944.868, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 20%

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 161.990	17%
Depósitos a prazo	R\$ 521.545	56%
Depósito sob aviso	R\$ 639	0%
LCA	R\$ 218.930	23%
LCI	R\$ 41.764	4%

Os 50 (cinquenta) Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 41% da captação, no montante de R\$ 385.640.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do Sicoob Coopecredi era de R\$ 379.427. O quadro de associados era composto por 8.734 associados, havendo um acréscimo de 10% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do “rating” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O Sicoob Coopecredi adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 96% nos níveis de “AA” a “C”.

7. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo que emite relatórios levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria Executiva. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa utiliza sua Política de Crédito, e outros manuais sistêmicos, pelo Centro Cooperativo Sicoob e homologado pela Central.

Os mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno do Conselho Fiscal, o Regimento Interno da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

Destacamos que, desde julho de 2018, o Sicoob Coopecredi aderiu a centralização contábil junto ao Sicoob São Paulo. A centralização dos serviços junto à cooperativa central visa proporcionar a padronização de processos, redução de custos, ganho de escala, bem como, garantir a segregação de função entre as áreas contábil e financeira.

Ressalvamos que, em maio de 2021, a Cooperativa aderiu à centralização de serviços de Controles Internos e Riscos, também junto à cooperativa central; e a Área de Auditoria Interna está centralizada no Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

A maioria dos membros da diretoria executiva possuem a certificação de diretor do Sicoob e dos membros do conselho de administração possuem a certificação de conselheiros de administração do Sicoob.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 2021, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa.

9. Pacto de Ética

Em 3 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração do Sicoob Confederação e Bancoob instituiu o Pacto de Ética, revogando o Código de Ética. Por meio da Declaração de Ciência, Esclarecimento e Compromisso com o Pacto de Ética do Sicoob todos os empregados ratificaram o compromisso, e os novos empregados, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos associados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do Sicoob, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a ouvidoria do Sicoob Coopecredi registrou 30 manifestações, sendo 21 de associados e 9 de não associados, sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Das 30 manifestações, 7 foram consideradas procedentes; as outras 23 manifestações foram consideradas improcedentes. Todas as manifestações foram resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933/21, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança, e aos nossos empregados pela dedicação e comprometimento.

Guariba/SP, 11 de fevereiro de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria

**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras**

Aos associados e administradores da
Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi
Guariba SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva**Baixa de passivo em contrapartida ao patrimônio líquido em desacordo com as práticas contábeis**

Conforme mencionado na nota explicativa 22.d, a Cooperativa registrou, em dezembro de 2020, a baixa de provisão para contingências no passivo não circulante, no montante de R\$ 138.710 mil, correspondente ao valor líquido levantado pela Cooperativa pelo êxito em ação judicial que questionava a exigibilidade da retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre os rendimentos auferidos por seus associados nas aplicações financeiras realizadas com ela, em contrapartida do "Fundo de Reserva de Contingência Fiscal" no patrimônio líquido. Esse fundo e seu regulamento foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária. Todavia, o referido montante possui característica de obrigação com os associados que tiveram o imposto retido. Portanto, o procedimento adotado pela Cooperativa de reversão do passivo em contrapartida ao patrimônio líquido, está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o passivo não circulante está apresentado a menor e o patrimônio líquido está apresentado a maior em R\$ 138.710 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador

e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cujo relatório, datado de 12 de fevereiro de 2021, continha a mesma modificação do assunto mencionado no parágrafo base para opinião com ressalva acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 11 de fevereiro de 2022.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Julio Cesar Dias
CRC 1SP322496/O-1

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		1.446.425	1.178.400
Disponibilidades	4	3.872	2.336
Instrumentos financeiros		1.385.267	1.123.040
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	111.572	77.238
Títulos e valores mobiliários	6	129.553	90.026
Relações interfinanceiras	4	564.132	526.420
Centralização financeira		564.132	526.420
Operações de crédito	7	568.585	420.986
Outros ativos financeiros	8	11.425	8.370
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(11.272)	(9.830)
(-) Operações de crédito	7.e	(10.429)	(8.198)
(-) Outras	8.1.a	(843)	(1.632)
Ativos fiscais correntes e diferidos	9	886	458
Outros ativos	10	5.684	11.588
Investimentos	11	47.780	38.147
Imobilizado de uso	12	19.139	17.205
Intangível	13	822	593
(-) Depreciações e amortizações	12 e 13	(5.753)	(5.137)
TOTAL DO ATIVO		1.446.425	1.178.400
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.446.425	1.178.400
Depósitos		684.174	639.730
Depósitos à vista	14	161.990	126.668
Depósitos sob aviso	14	639	1.708
Depósitos a prazo	14	521.545	511.354
Demais instrumentos financeiros		352.412	172.463
Recursos de aceite e emissão de títulos	15	260.694	150.623
Relações interfinanceiras	16.a	84.273	16.673
Repasse interfinanceiros		84.273	16.673
Obrigações por empréstimos e repasses	16.b	191	242
Outros passivos financeiros	17	7.254	4.925
Provisões	19	7.167	5.937
Obrigações fiscais correntes e diferidas	20	1.274	728
Outros passivos	21	21.703	13.748
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	379.695	345.794
Capital social		122.816	117.350
Reservas de sobras		236.244	214.546
Sobras acumuladas		20.635	13.898
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.446.425	1.178.400

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		59.217	92.472	63.765
Operações de crédito	25	28.090	50.314	42.976
Ingressos de depósitos intercooperativos	4.a	23.357	30.238	7.534
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.336	2.236	4.304
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	6.434	9.684	8.951
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(29.026)	(39.776)	(24.334)
Operações de captação no mercado	14.d	(26.996)	(36.422)	(16.235)
Operações de empréstimos e repasses	16.c	(1.122)	(1.276)	(6.978)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	26	(908)	(2.078)	(1.121)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		30.191	52.696	39.431
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(7.461)	(14.375)	(12.096)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	27	2.869	4.509	3.292
Rendas de tarifas	28	133	289	376
Dispêndios e despesas de pessoal	29	(7.761)	(14.909)	(13.321)
Outros dispêndios e despesas administrativas	30	(6.122)	(11.125)	(8.205)
Dispêndios e despesas tributárias		(117)	(314)	(285)
Outros ingressos e receitas operacionais	31	5.199	9.691	6.626
Outros dispêndios e despesas operacionais	32	(1.662)	(2.516)	(579)
PROVISÕES	33	(746)	(1.178)	(116)
Provisões/reversões para contingências		(269)	(595)	26
Provisões/reversões para garantias prestadas		(477)	(583)	(142)
RESULTADO OPERACIONAL		21.984	37.143	27.219
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	34	247	1.414	2.534
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		22.231	38.557	29.753
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(474)	-
Imposto de renda sobre atos não cooperados		87	(202)	-
Contribuição social sobre atos não cooperados		(87)	(272)	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(1.315)	(2.078)	(1.493)
SOBRAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		20.916	36.005	28.260
JUROS AO CAPITAL	24	(3.576)	(3.576)	(2.124)
SOBRAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		17.340	32.429	26.136

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	20.916	36.005	28.260
Outros resultados abrangentes	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	20.916	36.005	28.260

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	Notas	Capital subscrito	Capital a realizar	Reserva legal	Reservas estatutárias	Reservas para contingências	Sobras acumuladas	Totais
Saldos em 31/12/2019		110.996	(5)	50.991	2.327	12.600	13.960	190.869
Destinações das sobras do exercício anterior:								
Constituição de reservas		-	-	4.000	-	-	(4.000)	-
Distribuição de sobras para associados		6.369	-	-	-	-	(9.960)	(3.591)
Movimentação de capital:								
Por subscrição/realização		168	5	-	-	-	-	173
Por devolução (-)		(4.526)	-	-	-	-	-	(4.526)
Constituição de reservas		-	-	-	-	138.710	-	138.710
Reversões de reservas		2.327	-	-	(2.327)	-	-	-
Sobras do período		-	-	-	-	-	28.260	28.260
Remuneração de juros sobre o capital próprio:								
Provisão de juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(2.124)	(2.124)
Juros sobre o capital próprio, líquido		2.016	-	-	-	-	-	2.016
Destinações das sobras do período:	22.f							
Fundo de reserva		-	-	5.889	-	-	(5.889)	-
Outras destinações das sobras do período		-	-	-	2.356	-	(2.356)	-
Fates - atos cooperativos		-	-	-	-	-	(1.178)	(1.178)
Fates - atos não cooperativos		-	-	-	-	-	(2.580)	(2.580)
Fundos voluntários - fundo de ação social		-	-	-	-	-	(235)	(235)
Saldos em 31/12/2020		117.350	-	60.880	2.356	151.310	13.898	345.794

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

...Continuação

	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Reservas estatutárias	Reservas para contingências	Sobras acumuladas	Totais
Saldos em 31/12/2020		117.350	60.880	2.356	151.310	13.898	345.794
Destinações das sobras do exercício anterior:							
Constituição de reservas		-	3.800	-	-	(3.800)	-
Distribuição de sobras para associados		6.423	-	-	-	(10.098)	(3.675)
Movimentação de capital:							
Por subscrição/realização		2.719	-	-	-	-	2.719
Por devolução (-)		(12.809)	-	-	-	-	(12.809)
Reversões de fundos		-	-	-	-	2.182	2.182
Reversões de reservas		2.356	-	(2.356)	-	-	-
Sobras do período		-	-	-	-	36.005	36.005
Remuneração de juros sobre o capital próprio:							
Provisão de juros sobre o capital próprio	24	-	-	-	-	(3.576)	(3.576)
Juros sobre o capital próprio, líquido		3.297	-	-	-	-	3.297
Movimentações por incorporações		3.480	9.307	-	-	-	12.787
Destinações das sobras do período:	22.f						
Fundo de reserva		-	7.819	-	-	(7.819)	-
Outras destinações das sobras do período		-	-	3.128	-	(3.128)	-
Fates - atos cooperativos		-	-	-	-	(1.564)	(1.564)
Fates - atos não cooperativos		-	-	-	-	(1.151)	(1.151)
Fundos voluntários - fundo de ação social		-	-	-	-	(314)	(314)
Saldos em 31/12/2021		122.816	81.806	3.128	151.310	20.635	379.695

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

...Continuação

	Notas	Capital subscrito	Capital a realizar	Reserva legal	Reservas estatutárias	Reservas para contingências	Sobras acumuladas	Totais
Saldos em 30/06/2021		122.285	-	73.987	-	151.310	15.089	362.671
Movimentação de capital:								
Por subscrição/realização		1.673	-	-	-	-	-	1.673
Por devolução (-)		(4.439)	-	-	-	-	-	(4.439)
Reversões de fundos		-	-	-	-	-	2.182	2.182
Sobras do período		-	-	-	-	-	20.916	20.916
Remuneração de juros sobre o capital próprio:								
Provisão de juros sobre o capital próprio	24	-	-	-	-	-	(3.576)	(3.576)
Juros sobre o capital próprio, líquido		3.297	-	-	-	-	-	3.297
Destinações das sobras do período:	22.f							
Fundo de reserva		-	-	7.819	-	-	(7.819)	-
Outras destinações das sobras do período		-	-	-	3.128	-	(3.128)	-
Fates - atos cooperativos		-	-	-	-	-	(1.564)	(1.564)
Fates - atos não cooperativos		-	-	-	-	-	(1.151)	(1.151)
Fundos voluntários - fundo de ação social		-	-	-	-	-	(314)	(314)
Saldos em 31/12/2021		122.816	-	81.806	3.128	151.310	20.635	379.695

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	22.231	38.557	29.753
Juros sobre o capital próprio recebidos	(1.162)	(1.162)	(613)
Distribuição de sobras e dividendos	-	(1.006)	(1.374)
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	908	2.078	1.121
Provisões/reversões para garantias prestadas	477	583	142
Provisões/reversões não operacionais	-	-	(4.007)
Provisões/reversões para contingências	269	595	(26)
Atualização de depósitos em garantia	(72)	(104)	(408)
Depreciações e amortizações	692	1.334	926
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	23.343	40.875	25.514
Aumento (Redução) em ativos operacionais			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(78.979)	(34.334)	91.441
Títulos e valores mobiliários	(5.437)	(39.527)	(29.333)
Operações de crédito	(89.243)	(147.446)	3.507
Outros ativos financeiros	866	(3.740)	146.404
Ativos fiscais correntes e diferidos	(60)	(428)	(54)
Outros ativos	75	5.904	8.163
Aumento (Redução) em passivos operacionais			
Depósitos à vista	15.107	35.322	55.698
Depósitos sob aviso	19	(1.069)	(2.080)
Depósitos à prazo	(56.631)	10.191	156.698
Recursos de aceite e emissão de títulos	49.321	110.071	(83.425)
Relações interfinanceiras	80.578	67.600	(238.386)
Obrigações por empréstimos e repasses	(49)	(51)	(44)
Outros passivos financeiros	6.595	2.329	3.178
Provisões	20	52	(146.766)
Obrigações fiscais correntes e diferidas	477	546	(191)
Outros passivos	(1.858)	2.301	2.894
Fates - atos cooperativos	(1.564)	(1.564)	(1.178)
Fates - atos não cooperativos	(1.151)	(1.151)	(2.581)
Outras destinações	(314)	(314)	(235)
Imposto de renda	87	(202)	-
Contribuição social	(87)	(272)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(58.885)	45.093	(10.776)
Atividades de investimentos			
Distribuição de dividendos	-	366	970
Distribuição de sobras da central	-	640	404
Juros sobre o capital próprio recebidos	1.162	1.162	613
Aquisição de intangível	-	(212)	(58)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.449)	(2.669)	(3.812)
Aquisição de investimentos	(7.066)	(9.633)	(2.198)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(7.353)	(10.346)	(4.081)
Atividades de financiamentos			
Aumento por novos aportes de capital	1.673	2.719	173
Devolução de capital à cooperados	(4.439)	(12.809)	(4.526)
Distribuição de sobras para associados	-	(3.675)	(3.591)
Juros sobre o capital próprio, líquido	3.297	3.297	2.016
Aumento nas reservas por incorporações	-	12.787	-
Reversões de fundos	2.182	2.182	-
Outros eventos reservas	-	-	138.710
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	2.713	4.501	132.782
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(63.525)	39.248	117.925
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	631.529	528.756	410.831
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	568.004	568.004	528.756
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(63.525)	39.248	117.925

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/12/1974, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob - Sicoob Confederação, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Coopecredi, possui postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Jaboticabal - SP, Taquaritinga - SP, Dumont - SP, Pradópolis - SP, Matão - SP, Guariba - SP, Lençóis Paulista - SP, e uma plataforma de atendimento digital.

O Sicoob Coopecredi tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 2021, o Sicoob Coopecredi, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento dos Ativos e a ampliação de sua área de ação, garantindo, assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da Cooperativa de Crédito dos Plantadores de Cana da Região de Lençóis Paulista, que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 1/4/2021 e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN conforme processo nº 189821 comunicado através do Ofício 11.599/2021-BCB/Deorf/GTBHO.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela administração em 11/2/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos negócios e efeitos da pandemia de Covid-19 “Novo Coronavírus”

A administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O Sicoob Coopecredi junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) **Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) **Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) **Caixa e equivalentes de caixa**

Composto pelas disponibilidades e pela centralização financeira mantida na Cooperativa Central.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações interfinanceiras – centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob São Paulo e ações do Banco Sicoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

p) Outros ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor recuperável de ativos - *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	3.872	2.336
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	564.132	526.420
TOTAL	568.004	528.756

- (a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob São Paulo conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendimentos da centralização financeira	23.357	30.238	5.610	7.534

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ligadas	111.572	-
Ligadas com garantia	-	77.238
TOTAL	111.572	77.238

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração de aproximadamente 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.336	2.236	1.104	4.304

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em títulos e valores mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante
Títulos de renda fixa	124.231	5.322	129.553	90.026
TOTAL	124.231	5.322	129.553	90.026

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, a recursos investidos em Cédula de Produtor Rural – CPR, Certificado de Recebimento do Agronegócio – CRA, Letras Financeiras – LF e Debêntures. Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP.

Abaixo o resultado auferido com títulos e valores mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de títulos de renda fixa	6.434	10.021	2.282	8.951
(-) Prejuízos com títulos de renda fixa	-	(337)	-	-
TOTAL	6.434	9.684	2.282	8.951

7 Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e títulos descontados	158.689	174.424	333.113	115.244	95.373	210.617
Financiamentos	9.867	15.089	24.956	6.673	12.762	19.435
Financiamentos rurais	186.510	24.006	210.516	176.118	14.816	190.934
Total de operações de crédito	355.066	213.519	568.585	298.035	122.951	420.986
(-) Provisões para operações de crédito	(6.058)	(4.371)	(10.429)	(5.213)	(2.985)	(8.198)
TOTAL	349.008	209.148	558.156	292.822	119.966	412.788

- b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	45.365	1.554	89.878	136.797	-	49.768	-
A	0,50%	Normal	146.757	5.819	61.086	213.662	(1.069)	127.788	(640)
B	1%	Normal	56.436	9.621	47.922	113.979	(1.140)	159.731	(1.597)
C	3%	Normal	71.302	7.177	11.072	89.551	(2.686)	65.557	(1.967)
C	3%	Vencidas	739	-	-	739	(22)	48	(1)
D	10%	Normal	7.742	785	368	8.895	(889)	13.464	(1.346)
D	10%	Vencidas	55	-	-	55	(6)	4	-
E	30%	Normal	380	-	-	380	(114)	2.533	(760)
E	30%	Vencidas	-	-	-	-	-	96	(29)
F	50%	Normal	49	-	-	49	(25)	251	(125)
F	50%	Vencidas	-	-	-	-	-	5	(3)
G	70%	Normal	-	-	-	-	-	35	(24)
H	100%	Normal	1.615	-	190	1.805	(1.805)	1.089	(1.089)
H	100%	Vencidas	2.673	-	-	2.673	(2.673)	617	(617)
Total normal			329.646	24.956	210.516	565.118	(7.728)	420.216	(7.548)
Total vencidos			3.467	-	-	3.467	(2.701)	770	(650)
Total geral			333.113	24.956	210.516	568.585	(10.429)	420.986	(8.198)
Provisões			(8.666)	(419)	(1.344)	(10.429)		(8.198)	
Total líquido			324.447	24.537	209.172	558.156		412.788	

- c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Em 2021:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e títulos descontados	61.299	97.390	174.424	333.113
Financiamentos	2.176	7.691	15.089	24.956
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.317	184.193	24.006	210.516
TOTAL	65.792	289.274	213.519	568.585

Em 2020:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e títulos descontados	45.405	69.839	95.373	210.617
Financiamentos	1.395	5.277	12.762	19.434
Financiamentos rurais e agroindustriais	14.962	161.157	14.816	190.935
TOTAL	61.762	236.273	122.951	420.986

d) **Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:**

Em 2021:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor privado - comércio	60.157	3.704	-	63.861	11%
Setor privado - indústria	59.584	5.424	-	65.008	12%
Setor privado - serviços	38.488	7.824	-	46.312	8%
Pessoa física	87.306	7.660	206.473	301.439	53%
Outros	87.578	344	4.043	91.965	16%
TOTAL	333.113	24.956	210.516	568.585	100%

Em 2020:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor privado - comércio	29.567	2.009	-	31.576	7%
Setor privado - indústria	50.739	2.988	-	53.727	13%
Setor privado - serviços	30.602	8.501	-	39.103	9%
Pessoa física	62.586	5.707	187.273	255.566	61%
Outros	37.123	229	3.662	41.014	10%
TOTAL	210.617	19.434	190.935	420.986	100%

e) **Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(8.198)	(8.126)
Constituições/Reversões no período (nota 26)	(2.732)	(1.665)
Transferência para prejuízo no período	501	1.593
Saldo Final	(10.429)	(8.198)

f) **Concentração dos principais devedores:**

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	68.349	12%	26.130	6%
10 Maiores Devedores	180.540	32%	94.412	22%
50 Maiores Devedores	318.967	56%	221.381	52%

g) **Movimentação de créditos baixados como prejuízo:**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	8.961	11.680
Valor das operações transferidas no período	1.036	1.645
Valor das operações recuperadas no período (nota 25)	(1.070)	(652)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-	(3.712)
Saldo Final	8.927	8.961

h) Operações renegociadas:

Em 31 de dezembro de 2021 as operações de crédito renegociadas pela Cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 36.573, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8 Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por avais e fianças honrados (a)	119	-	119	75	-	75
Rendas a receber (b)	221	-	221	130	-	130
Devedores por compra de valores e bens (c)	1.450	4.266	5.716	425	1.509	1.934
Títulos e créditos a receber (d)	336	197	533	910	499	1.409
Devedores por depósitos em garantia (e)	-	4.836	4.836	-	4.822	4.822
TOTAL	2.126	9.299	11.425	1.540	6.830	8.370

- (a) O saldo de avais e fianças honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;
- (b) Em rendas a receber estão registrados: rendas de convênios (R\$ 41.960,17), rendas de cartões (R\$ 138.502,17) e outros (R\$ 40.812,49);
- (c) Em devedores por compra de valores e bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da cooperativa ou ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos;
- (d) Em títulos e créditos a receber estão registrados: valores a receber de tarifas (R\$ 566,50) e outros (R\$ 532.410,03);
- (e) Em devedores por depósitos em garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 647.399,14), Cofins (R\$ 3.351.362,51) e outros (R\$ 837.459,71).

8.1 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros, segregadas em circulante e não circulante:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para avais e fianças honrados	(119)	-	(119)	(64)	-	(64)
Outros créditos sem características de concessão de crédito	(245)	(479)	(724)	(1.292)	(276)	(1.568)
TOTAL	(364)	(479)	(843)	(1.356)	(276)	(1.632)

b) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de risco / Situação			Outros créditos	Avais e fianças honrados	Devedores por compra de valores e bens	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	-	-	2.720	2.720	-	378	-
A	0,5%	Normal	-	-	1.829	1.829	(9)	1.190	(6)
B	1%	Normal	-	-	829	829	(8)	-	-
D	10%	Normal	150	-	-	150	(15)	-	-
E	30%	Normal	-	-	-	-	-	270	(81)
E	30%	Vencidas	-	-	-	-	-	10	(3)
F	50%	Vencidas	-	-	-	-	-	8	(4)
H	100%	Normal	295	-	338	633	(633)	1.231	(1.231)
H	100%	Vencidas	59	119	-	178	(178)	307	(307)
Total normal			445	-	5.716	6.161	(665)	3.069	(1.318)
Total vencidos			59	119	-	178	(178)	325	(314)
Total geral			504	119	5.716	6.339	(843)	3.394	(1.632)
Provisões			(368)	(119)	(356)	(843)		(1.632)	
Total líquido			136	-	5.360	5.496		1.762	

9 Ativos fiscais, correntes e diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a compensar	886	458
TOTAL	886	458

10 Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante
Adiantamentos e antecipações salariais	30	-	30	4
Devedores diversos – País (a)	28	-	28	24
Ativos não financ. Mantidos para venda	-	-	-	11.514
Material em estoque	22	-	22	20
Ativos não financ mantidos para venda – recebidos (b)	-	5.579	5.579	-
Despesas antecipadas (c)	25	-	25	26
TOTAL	105	5.579	5.684	11.588

- (a) Em devedores diversos estão registrados os saldos relativos a pendências a regularizar (R\$ 3.612,35) e outros (R\$ 24.750,17);
- (b) Em ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica bens não de uso próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019;
- (c) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

11 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo (nota 37)	30.836	23.166
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	16.934	14.971
Outras Participações	10	10
TOTAL	47.780	38.147

12 Imobilizado de uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em curso (a)		473	1.197
Terrenos	-	1.265	1.265
Edificações	4%	8.208	7.070
Instalações	10%	2.296	1.864
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.954	1.803
Sistema de processamento de dados	20%	2.942	3.088
Sistema de segurança	10%	317	234
Sistema de transporte	20%	684	684
Total de imobilizado de uso		19.139	17.205
(-) Depreciação acum. imóveis de uso - edificações		(817)	(519)
(-) Depreciação acumulada de instalações		(981)	(1.115)
(-) Depreciação acum. móveis e equipamentos de uso		(2.937)	(2.693)
(-) Depreciação acum. veículos		(465)	(346)
Total de depreciação de imobilizado de uso		(5.200)	(4.673)
TOTAL		13.939	12.532

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

13 Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas de processamento de dados	811	582
Licenças e direitos autorais e de uso	11	11
Total de intangível	822	593
(-) Amort. Acum. de ativos intangíveis	(553)	(464)
Total de amortização de ativos intangíveis	(553)	(464)
TOTAL	269	129

14 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à vista (a)	161.990	-	161.990	126.668	-	126.668
Depósito sob aviso	639	-	639	1.708	-	1.708
Depósito a prazo (b)	519.296	2.249	521.545	505.964	5.390	511.354
TOTAL	681.925	2.249	684.174	634.340	5.390	639.730

- (a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade;
- (b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

(c) **Concentração dos principais depositantes:**

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior depositante	36.599	4%	139.565	22%
10 maiores depositantes	174.338	19%	251.354	39%
50 maiores depositantes	385.640	41%	399.831	62%

(d) **Despesas com operações de captação de mercado:**

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de depósitos de aviso prévio	(19)	(29)	(26)	(87)
Despesas de depósitos a prazo	(19.143)	(25.861)	(5.129)	(11.081)
Despesas de letras de crédito do agronegócio	(6.431)	(8.332)	(1.359)	(3.985)
Despesas de letras de crédito do imobiliário	(616)	(813)	(43)	(43)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(787)	(1.387)	(589)	(1.039)
TOTAL	(26.996)	(36.422)	(7.146)	(16.235)

15 Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	41.764	-	41.764	13.424	-	13.424
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	184.346	34.584	218.930	121.059	16.140	137.199
TOTAL	226.110	34.584	260.694	134.483	16.140	150.623

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.d) - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16 Repasses interfinanceiros / Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Taxa	31/12/2021			31/12/2020
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante
Recursos do Banco Sicoob	De 5,5% a 7,5%	88.102	663	88.765	16.885
(-) Despesas a apropriar Banco Sicoob	a.a.	(4.434)	(58)	(4.492)	(211)
TOTAL		83.668	605	84.273	16.673

b) Obrigações por empréstimos e repasses:

Instituições	Taxa	31/12/2021			31/12/2020		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Repasses do País - Instituições Oficiais	3% a.a.	50	141	191	51	191	242
TOTAL		50	141	191	51	191	242

c) Despesas de repasses interfinanceiros / Obrigações por empréstimos e repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(1.119)	(1.119)	(1.581)	(1.581)
Outras Instituições	(3)	(157)	(4)	(5.397)
TOTAL	(1.122)	(1.276)	(1.585)	(6.978)

17 Outros passivos financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em trânsito de terceiros	7.078	4.756
Obrigações por aquisição de bens e direitos	58	145
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	118	24
TOTAL	7.254	4.925

18 Instrumentos financeiros

O Sicoob Coopecredi opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19 Provisões

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para garantias financeiras prestadas (a)	720	474	1.194	477	134	611
Provisão para contingências (b)	-	5.973	5.973	-	5.326	5.326
TOTAL	720	6.447	7.167	477	5.460	5.937

- (a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações prestadas	59.606	35.708
TOTAL	59.606	35.708

(b) Provisão para contingências - Demandas judiciais.

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Pis (b.1)	1.102	648	1.062	627
Cofins (b.1)	3.351	3.351	3.296	3.296
Trabalhistas	586	10	80	29
Outras Contingências	934	827	888	870
TOTAL	5.973	4.836	5.326	4.822

(b.1) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos associados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados em depósitos em garantia no ativo.

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob Coopecredi, existem quatro processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 513. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

20 Obrigações fiscais, correntes e diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de obrigações fiscais, correntes e diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para impostos e contribuições s/lucros	39	-
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	22	21
Impostos e contribuições sobre salários	703	534
Outros	510	173
TOTAL	1.274	728

21 Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e estatutárias (a)	16.746	9.038
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	1.363	1.090
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	2.451	1.928
Credores diversos – País (c)	818	1.601
Rendas antecipadas	325	91
TOTAL	21.703	13.748

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para participações nas sobras (a.3)	1.901	1.574
Cotas de capital a pagar (a.2)	9.132	2.571
Fundos voluntários	378	236
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	5.335	4.657
TOTAL	16.746	9.038

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras.

(b) Em provisão para pagamentos a efetuar temos registradas despesas de pessoal (R\$ 1.984.490,19) e outros (R\$ 466.294,57);

(c) Os saldos em credores diversos - País referem-se a pendências a regularizar no Banco Sicoob (R\$ 698,58), cheques depositados relativos a descontos aguardando compensação (R\$ 173.115,28), credores diversos-liquidação cobrança (R\$ 344.575,16) e outros (R\$ 299.762,96).

22 Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	122.816	117.350
Associados	8.734	7.910

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo do fundo de reserva era de R\$ 81.806 (R\$ 60.880 em 2020).

c) Reservas Estatutárias

Possui a finalidade de futuro aumento de capital dos associados. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo montava em R\$ 3.128 (R\$ 2.356 em 2020).

d) Reserva de Contingências

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de junho de 2014, foi aprovada a criação do Fundo de Contingências, destinado a cobrir eventuais prejuízos ou perdas decorrentes da inadimplência da carteira de crédito, de ações judiciais ou administrativas, aquisição ou reforma de bens móveis e imóveis e cobrir demais perdas no exercício.

A Cooperativa questionava judicialmente a retenção do imposto de renda retido na fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos por seus associados nas operações realizadas com ela e registrando a correspondente obrigação e efetuando os depósitos judiciais relacionados a esse assunto, que estavam contabilizados em devedores por depósitos em garantia no ativo. Em 2020, a Cooperativa obteve êxito no processo judicial nº 000987366.1999.403.6102, tramitado na 6ª Vara Federal de Ribeirão Preto SP, e efetuou o levantamento dos depósitos judiciais no montante de R\$ 138.710, líquido dos honorários advocatícios e impostos correspondentes. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a criação do Fundo de Reserva de Contingência Fiscal, constituído pelo valor de R\$ 138.710, referente aos valores retidos das aplicações financeiras advindas do processo nº 0009873-66.1999.403.6102, subtraído dos honorários advocatícios e impostos. O Fundo destina-se a contingenciar ações administrativas ou judiciais relacionadas ao processo em referência.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o montante referente a este fundo era de R\$ 151.310.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24/3/2021, os associados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma:

- 27,34% para Fundo de Reserva, no valor de R\$ 3.800;
- 30,67% para Conta Capital, no valor de R\$ 4.262;
- 41,99% para Conta Corrente, no valor de R\$ 5.836.

Também foi deliberado que os associados pessoas jurídicas com saldo de capital superiores a R\$ 1.200 mil, as respectivas sobras a serem integralizadas poderão ser resgatadas em espécie, a seu critério. E todos os associados deverão resgatar pessoalmente na Cooperativa os valores no período definido na AGO, bem como o montante não resgatado será automaticamente destinado ao capital social do associado.

f) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	32.429	26.136
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.151)	(2.580)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	31.278	23.556
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 25%	(7.819)	(5.889)
Reserva estatutária (Fundo aumento de capital) – 10%	(3.128)	(2.356)
Fundo de ação social – 1%	(314)	(235)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.564)	(1.178)
Sobras antes da reversão dos dispêndios do Fates (NE 21.a.1) e Fundos Voluntários	18.453	13.898
Reversão dispêndios Fates - Educacional	128	-
Reversão dispêndios Fates – Social	1.884	-
Reversão dispêndios – Fundo de Ação Social	170	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	20.635	13.898

23 Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	1.319	449
Despesas específicas de atos não cooperativos	(169)	(282)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(137)	(122)
Resultado operacional	1.013	45
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	612	2.535
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.625	2.580
Imposto de renda e contribuição social	(474)	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.151	2.580

24 Provisão de juros ao capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual 68% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 3.576. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

25 Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de adiantamentos a depositantes	69	97	23	95
Rendas de empréstimos	17.966	30.868	11.886	23.577
Rendas de direitos creditórios descontados	2.068	3.906	2.056	4.238
Rendas de financiamentos	1.372	2.464	787	1.353
Rendas de financiamentos rurais - recursos livres	3.852	8.990	3.357	4.667
Rendas de financiamentos rurais - recursos direcionados à vista	716	812	77	250
Rendas de financiamentos rurais - recursos direcionados da poupança rural	404	558	2.537	7.898
Rendas de financiamentos rurais - recursos direcionados de LCA	1.549	1.549	7	246
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 7.g)	94	1.070	255	652
TOTAL	28.090	50.314	20.985	42.976

26 Dispêndios e despesas da intermediação financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de captação	(26.996)	(36.422)	(7.144)	(16.235)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(1.122)	(1.276)	(1.585)	(6.978)
Reversões de provisões para operações de crédito (nota 7.e)	5.432	9.326	3.587	7.614
Reversões de provisões para outros créditos	998	1.241	918	1.283
Provisões para operações de crédito (nota 7.e)	(6.883)	(12.058)	(4.858)	(9.279)
Provisões para outros créditos	(455)	(587)	(655)	(739)
TOTAL	(29.026)	(39.776)	(9.737)	(24.334)

27 Ingressos e receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de cobrança	942	1.837	858	1.608
Rendas de garantias prestadas	95	156	-	-
Rendas de outros serviços	1.832	2.516	1.207	1.684
TOTAL	2.869	4.509	2.065	3.292

28 Rendas de tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de serviços prioritários - PF	36	75	41	94
Rendas de tarifas bancárias - PJ	97	214	131	282
TOTAL	133	289	172	376

29 Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de honorários - Conselho Fiscal	(21)	(49)	(32)	(57)
Despesas de honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(887)	(1.717)	(610)	(1.211)
Despesas de pessoal - Benefícios	(8)	(136)	(741)	(1.373)
Despesas de pessoal - Encargos Sociais	(1.848)	(3.490)	(1.491)	(2.839)
Despesas de pessoal - Proventos	(4.997)	(9.517)	(4.125)	(7.841)
TOTAL	(7.761)	(14.909)	(6.999)	(13.321)

30 Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de água, energia e gás	(108)	(237)	(132)	(248)
Despesas de aluguéis	(218)	(414)	(142)	(263)
Despesas de comunicações	(199)	(439)	(249)	(484)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(199)	(296)	(78)	(137)
Despesas de material	(80)	(142)	(90)	(137)
Despesas de processamento de dados	(693)	(1.415)	(508)	(1.003)
Despesas de promoções e relações públicas	(32)	(72)	(70)	(89)
Despesas de propaganda e publicidade	(57)	(60)	(6)	(7)
Despesas de publicações	0	(3)	(13)	(14)
Despesas de seguros	(38)	(90)	(37)	(49)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(1.212)	(2.093)	(758)	(1.597)
Despesas de serviços de terceiros	(97)	(193)	(84)	(191)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(467)	(914)	(406)	(809)
Despesas de serviços técnicos especializados	(984)	(1.448)	(356)	(817)
Despesas de transporte	(322)	(589)	(218)	(441)
Despesas de viagem no país	(97)	(151)	(43)	(87)
Despesas de amortização	(38)	(73)	(21)	(34)
Despesas de depreciação	(654)	(1.261)	(487)	(892)
Outras despesas administrativas	(627)	(1.235)	(511)	(906)
TOTAL	(6.122)	(11.125)	(4.209)	(8.205)

31 Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas	61	715	-	24
Dividendos	-	366	-	970
Distribuição de sobras da central	-	640	-	404
Atualização depósitos judiciais	72	104	23	408
Rendas de repasses interfinanceiros	61	197	89	258
Outras rendas operacionais	3.579	6.017	1.997	3.505
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	264	490	176	444
Juros ao capital recebidos da central	1.162	1.162	613	613
TOTAL	5.199	9.691	2.898	6.626

32 Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Outras - despesas de provisões operacionais	(86)	(120)	(28)	(421)
Operações de crédito - despesas de descontos concedidos em renegociações	-	(2)	-	-
Outras despesas operacionais	(43)	(810)	(78)	(130)
Desconto/cancelamento de tarifas	(1)	(1)	(1)	(2)
Outras contribuições diversas	(6)	(6)	-	-
Contrib. Ao fundo de ressarc. de fraudes externas	(89)	(133)	(11)	(17)
Contrib. Ao fundo de ressarc. de perdas operacionais	-	(7)	(8)	(9)
Perdas - falhas em sistemas de TI	(2)	(2)	-	-
Dispêndios de assistência técnica, educacional e social	(1.265)	(1.265)	-	-
Despesas vinculadas aos fundos voluntários	(170)	(170)	-	-
TOTAL	(1.662)	(2.516)	(126)	(579)

33 Despesas com provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Provisões/Reversões para contingências	(269)	(595)	15	26
Provisões para demandas trabalhistas	(162)	(586)	-	-
Provisões para contingências	(107)	(107)	(3)	(3)
Reversões de provisões para contingências	-	98	18	29
Provisões/Reversões para garantias prestadas	(477)	(583)	(272)	(142)
Provisões para garantias prestadas	(797)	(1.256)	(420)	(594)
Reversões de provisões para garantias prestadas	320	673	148	452
TOTAL	(746)	(1.178)	(257)	(116)

34 Outras receitas e despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Lucro em transações com valores de bens	-	860	50	53
Ganhos de capital	4	5	2	3
Reversão de provisões não operacionais	-	-	-	4.007
Outras rendas não operacionais	277	615	20	22
(-) Prejuízos em transações com valores e bens	-	(13)	(220)	(1.241)
(-) Perdas de capital	-	(1)	(8)	(9)
(-) Outras despesas não operacionais	(34)	(52)	(244)	(301)
TOTAL	247	1.414	(400)	2.534

35 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

36 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas (Diretoria e Conselho de Administração). As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC/LCI/LCA e operações de crédito.

As operações são assim resumidas nos exercícios:

Natureza da operação	2021	2020
Operações de crédito	13.215	16.612
Depósitos à vista/a prazo/LCI/LCA	85.924	83.770
Honorários	1.457	966
Cédulas de presença	309	302

37 Cooperativa Central

A Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Sicoob São Paulo, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a

implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O Sicoob Coopecredi responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob São Paulo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	564.132	526.420
Ativo - Investimentos	30.837	23.166
Total das Operações Ativas	594.969	549.586

Saldos das receitas e despesas da Cooperativa com o Sicoob São Paulo:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Ingressos de depósitos intercooperativos	23.357	30.238	5.610	7.534
Total das Receitas	23.357	30.238	5.610	7.534

38 Gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área de Governança, Riscos e Compliance, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

- c) estimacão (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparao dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operaes com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificao e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposio ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informaes gerenciais perdicas para os órgãos de governança;
- j) rea responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliao do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operao e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconmicas;
- l) aplicao de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituio;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliao específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificao de risco de tomadores e de operaes, os limites globais e individuais, a utilizao de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validao de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variao das Taxas de Juros

O risco de mercado  a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuao de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituio, e inclui os riscos da variao das taxas de juros, dos preços das aes, da variao cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variao das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declarao de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variao das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administrao do CCS, que prevê procedimentos, métricas e aes padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variao das taxas de juros do Sicoob  compatível com a natureza das operaes, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e  proporcional  dimensão da exposio aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

38.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

38.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39 Seguros contratados – não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	379.427	345.663
Ativo ponderado pelo risco (RWA)	1.018.163	791.724
Índice de Basileia	35,57%	42,33%

Guariba – SP

Delson Luiz Palazzo
Diretor Financeiro

Carlos Eduardo Pinelli
Diretor Operacional

Antonio Carlos Pongitor
Diretor Administrativo e
Diretor Responsável pela Contabilidade

Gabriel Baraldi Zolla
Contador CRC 1SP293385

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.